

HABEAS CORPUS Nº 493.361 - RS (2019/0042334-2)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
YARA NASARIO - RS014162
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : JADER TAVARES QUARESMA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSUAL PENAL. EXECUÇÃO. PEDIDO DE COMUTAÇÃO DE PENA. DECRETO N.º 9.246/2017. FALTA GRAVE NÃO HOMOLOGADA NO PERÍODO AQUISITIVO. RAZÕES DISSOCIADAS. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JADER TAVARES QUARESMA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no julgamento do Agravo em Execução n.º 0369226-82.2018.8.21.7000.

Consta que o Paciente cumpre pena de 44 (quarenta e quatro) anos, 1 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão, tendo iniciado o cumprimento da reprimenda em 01/04/1999, com término previsto para 21/10/2030.

O Paciente formulou pedido de comutação de pena com suporte no Decreto n.º 9.246/2017. Tendo sido indeferido o pedido, a Defesa interpôs agravo em execução, que restou improvido, em acórdão assim ementado (fl. 52):

"AGRAVO EM EXECUÇÃO. COMUTAÇÃO. DECRETO 9.246/2017. Apenado que já foi beneficiado com a comutação da pena em Decretos anteriores, não fazendo jus a nova comutação, com base no artigo 7.º, parágrafo único, do Decreto n.º 9.246/2017. Decisão mantida. AGRAVO IMPROVIDO."

Neste *writ*, o Impetrante sustenta, em suma, que o pedido de comutação de pena *"foi deferido pelo juízo de primeiro grau e a decisão foi reformada em sede recursal, sob o argumento de que o apenado teria cometido falta grave durante o*

período aquisitivo" (fl. 04) e que tal falta grave não teria sido homologada dentro do período aquisitivo do referido decreto.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a cassação do acórdão impugnado.

É o relatório.

De início, verifico que há na petição inicial razões dissociadas do caso concreto, tendo em vista que a Impetrante sustenta que o acórdão impugnado reformou o *decisum* de primeiro grau que havia **deferido** seu pedido de comutação de pena, o que, definitivamente, não guarda mínima correspondência com os autos. Isso porque o aresto questionado confirmou a decisão do Juízo da Execução, que **indeferiu o pleito de comutação**, sob o fundamento de que o Decreto n.º 9.246/2017 proibia a concessão desse benefício para quem já havia sido agraciado com essa benesse prevista em decretos anteriores.

Ademais, percebo que o acórdão impugnado está alinhado com o entendimento desta Corte:

"AGRAVO REGIMENTAL HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR DO WRIT. COMUTAÇÃO DE PENA. DECRETO N. 9.246/2017. AGRAVANTE JÁ BENEFICIADA COM COMUTAÇÃO DECORRENTE DE DECRETO ANTERIOR. VEDAÇÃO EXPRESSA. ACÓRDÃO ALINHADO À JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. INEVIDÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO.

1. Segundo o entendimento mais recente deste Superior Tribunal, o Decreto n. 9.246/2017 veda, expressa e taxativamente, em seu art. 7º, parágrafo único, a concessão da comutação por ele instituída, a quem já tenha sido beneficiado por igual benesse processual decorrente de decretos anteriores (AgRg no HC n. 466.918/MS, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 6/11/2018).

2. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 477.726/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 04/02/2019.)

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora